

Frutas nativas do Rio Grande do Sul: alternativa de renda na agricultura familiar

André Rocha de Camargo; Hitalo Ruan Ferrazza Antunes;
Ademir Ribeiro do Amaral; Rodrigo Cezar Franzon; Alberi Noronha;
Letícia Penno de Sousa; Gustavo Crizel Gomes; Günter Timm Beskow;
Adalberto Koiti Miura; Ernestino de Souza Gomes Guarino.

A sociedade tem buscado alternativas de alimentação saudável, valorizando sabores, texturas, aromas, cores e a diversidade sociocultural. Essa mudança representa uma das principais vias de reconexão do imaginário social com a agricultura e a alimentação.

Nesse contexto, a agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo nas regiões sul, noroeste, nordeste e litoral, vem experimentando inovações na agricultura de base agroecológica, apoiada por redes socio-técnicas, formadas por organizações não governamentais, instituições de ensino, pesquisa e assistência técnica e extensão rural. Dentre elas, estão inseridas a Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa (Arede), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa), o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), a Emater/RS e a Embrapa Clima Temperado, as quais têm desenvolvido iniciativas que valorizam práticas e sistemas de produção em que as fruteiras nativas têm papel estratégico no redesenho dos agroecossistemas e nos processos de reconversão produtiva.

Dentre as espécies utilizadas, tanto no cultivo, quanto no processamento, cabe destacar o butiá, pitanga, araçá, goiaba-serrana (Figura 1), guabiroba, uvaia, cereja-do-rio-grande, jabuticaba, açaí-juçara, além das cultivadas, como goiaba, banana, manga, dentre outras.

Foto: Günter Timm Beskow



Figura 1. Algumas das frutas nativas cultivadas no Estado do Rio Grande do Sul: pitanga, araçá, butiá e goiaba-serrana.

O estímulo à preservação de remanescentes florestais e aos plantios em áreas de preservação permanente (APPs) e de Reserva Legal (RL), na forma de agroflorestas, cortinas vegetais multipropósito e sistemas silvipastoris, tem contribuído para agregar essas fruteiras em processos de certificação de sistemas agroflorestais. Isso tem sido efetivado por meio da formação de redes de sistemas agroflorestais construídos de forma participativa, da capacitação de agricultores familiares na implantação de áreas com plantas nativas (Figura 2) e da construção de uma rede de viveiros comunitários, com objetivo de disponibilizar mudas para continuidade do processo, condições essas que têm contribuído para a adequação ambiental das unidades produtivas agrícolas à legislação atual sobre a vegetação nativa.

A disponibilização de mudas de qualidade para implantação de áreas de cultivo é etapa importante nesse processo. Para a maioria das espécies nativas, a propagação é feita por sementes, pois ainda não se conhecem métodos eficientes de propagação vegetativa. Assim, visando à implantação de áreas produtivas, devem ser escolhidas boas plantas matrizes das quais serão coletadas as sementes, sendo que essas matrizes devem ser produtoras de frutas de boa qualidade, em quantidade, e de preferência com bom rendimento de polpa, além de serem plantas de boa sanidade. Embora se saiba que, para a maioria das espécies, haverá variabilidade entre as plantas geradas por sementes, as chances de se obter boas plantas são maiores quando as sementes forem coletadas de plantas matrizes com boas características. Por outro lado, para plantio em APPs e de RL, entende-se

que a variabilidade é desejável e fundamental e, portanto, deve-se coletar sementes do maior número de plantas matrizes e, de preferência, de vários locais.



Foto: André Camargo

Figura 2. Plantio de mudas de frutíferas envolvendo a comunidade rural na Escola de Campo Viver de Caúna, em Três de Maio, RS.

Algumas instituições vêm realizando trabalhos buscando desenvolver materiais adaptados e produtores de frutas com boas características. A Embrapa Clima Temperado, por exemplo, iniciou trabalhos com fruteiras nativas na década de 1980 (com colaboração de várias outras instituições), e vem selecionando genótipos dessas fruteiras há alguns anos, especialmente araçás amarelos e vermelhos, e pitangas. Desses trabalhos, resultou o lançamento de duas cultivares de araçazeiro, uma produtora de frutos de película amarela ('Yacy') e outra vermelha ('Irapuã').

O manejo das fruteiras nativas é também parte essencial nesse processo. Porém, diferentemente das fruteiras tradicionais cultivadas no Estado do Rio Grande do Sul, pouco se sabe sobre manejo fitotécnico de espécies nativas. O fato de essas espécies serem amplamente adaptadas às diversas condições de clima e de solo não necessariamente implica que não sejam responsivas a práticas usadas tradicionalmente no cultivo de frutas, como, por exemplo, a correção de acidez e de níveis de fósforo no solo em pré-plantio. Da mesma forma, pouco se conhece sobre poda em fruteiras nativas. No entanto, é recomendado eliminar ramos mal formados, com ataque de pragas e ramos doentes, e ainda aqueles posicionados muito próximos ao solo.

Quanto a pragas e doenças, o principal problema é a mosca-das-frutas. Diferentemente das fruteiras tradicionais, não existem produtos registrados para controle desse inseto em espécies nativas. Assim, é importantíssimo que, em áreas de cultivo dessas espécies, se faça o uso de estratégias para diminuir e controlar a população desse inseto, e evitar os danos causados. Uma delas, sem o emprego de inseticidas, é a captura massal, que consiste na instalação, numa determinada área, de uma alta densidade de armadilhas contendo como isca um atrativo eficaz na captura dos insetos adultos. Dentre esses atrativos, podem ser utilizadas proteínas hidrolisadas, encontradas comercialmente, ou outros produtos, como melaço e suco de frutas (laranja, uva, etc.), os quais podem ser utilizados de forma isolada ou misturados em diferentes concentrações (diluídos em água). Concomitantemente, em casos extremos, de alto ataque da mosca-das-frutas, pode-se utilizar a isca que compõe um atrativo associado a um inseticida. A isca deve ser preparada com proteína hidrolisada a 3% ou melaço a 7%, adicionando-se um inseticida fosforado. A aplicação deve ser dirigida às folhas ou tronco, numa faixa de 1 m de largura, em fileiras da borda do pomar e 25% das plantas no seu interior. A aplicação também pode ser direcionada às plantas localizadas na divisa com o pomar. Sempre é recomendada a retirada e destruição dos frutos maduros danificados, pois as larvas, ao eclodirem, se alimentam da polpa das frutas, e originam novos adultos.

Indo além do plantio e cultivo de frutas nativas, o processamento tem se mostrado como uma estratégia de fortalecimento das organizações sociais nos seus espaços de comercialização, considerando o apelo das questões relativas à nutrição e saúde, gastronomia e turismo. Nesse contexto, a Arede e a Cadeia Solidária das Frutas Nativas vêm cumprindo importante papel, com capacitações e oficinas na região noroeste do Rio Grande do Sul, voltadas principalmente à produção de polpas para a elaboração de sucos, sorvetes, picolés, doces e *schmier* (Figura 3).



Foto: Hitato Ruan Ferrazza Antunes

Figura 3. Treinamento em processamento de frutas feito em Santa Rosa, RS.

Esses formatos de produção e de processamento indicam vantagens econômicas, ambientais e também alimentares, tendo em vista que o uso de frutas ricas em sabores e propriedades nutracêuticas é uma forma de oferecer novas experiências sensoriais aos consumidores, ou de reforçar aquelas que já são tradicionais aos hábitos alimentares das comunidades, especialmente as rurais.